

PORTUGAL TELECOM, SGPS, S.A.

BALANÇOS EM 30 DE JUNHO DE 2002 E 2001 E EM 31 DE DEZEMBRO DE 2001

(Montantes expressos em Euros)

		30 de Junho			31 de Dezembro	
		2002			2001	2001
Activo	Notas	Activo bruto	Amortizações e provisões	Activo líquido	Activo líquido	Activo líquido
IMOBILIZADO:						
Imobilizações incorpóreas:						
Despesas de instalação	10	51 040 430	(45 260 273)	5 780 157	20 096 536	11 560 327
Propriedade industrial e outros direitos	10	58 605	(2 902)	55 703	-	305
Trespessos	9,10	1 812 479 454	(89 279 567)	1 723 199 887	1 787 127 480	1 741 409 117
Imobilizações em curso	10	4 179 342	-	4 179 342	-	3 199 416
		<u>1 867 757 831</u>	<u>(134 542 742)</u>	<u>1 733 215 089</u>	<u>1 807 164 016</u>	<u>1 736 169 165</u>
Imobilizações corpóreas:						
Equipamento de transporte	10	1 746 879	(696 997)	1 049 882	562 818	1 104 909
Ferramentas e utensílios	10	574	(191)	383	-	454
Equipamento administrativo	10	1 199 918	(197 083)	996 835	311 722	292 998
Outras imobilizações corpóreas	10	38 804	(908)	37 896	33 311	33 742
Imobilizações em curso	10	-	-	-	-	230 169
		<u>2 980 175</u>	<u>(895 179)</u>	<u>2 084 996</u>	<u>907 851</u>	<u>1 662 212</u>
Investimentos financeiros:						
Partes de capital em empresas do grupo	10,16	3 791 733 102	-	3 791 733 102	3 225 233 940	4 702 020 725
Empréstimos a empresas do grupo	10,16	2 747 927 276	-	2 747 927 276	3 845 222 554	2 942 349 197
Partes de capital em empresas associadas	10,16,34	10 114 220	(8 192 526)	1 921 694	10 184 301	10 110 985
Empréstimos a empresas associadas	10,16	4 886 562	-	4 886 562	-	4 886 562
Partes de capital em outras empresas	10,16,34	63 485 242	(1 995 192)	61 490 050	55 010 673	55 139 817
Outros empréstimos concedidos	10,16,34	109 787 475	(3 292 066)	106 495 409	-	-
Adiantamentos por conta de investimentos financeiros	10	-	-	-	4 000 000	-
		<u>6 727 933 877</u>	<u>(13 479 784)</u>	<u>6 714 454 093</u>	<u>7 139 651 468</u>	<u>7 714 307 287</u>
CIRCULANTE:						
Dívidas de terceiros - curto prazo:						
Empresas do grupo	16	640 279 347	-	640 279 347	700 538 042	810 722 823
Empresas participadas e participantes	16	252 022	-	252 022	-	-
Estado e outros entes públicos	49	10 001 988	-	10 001 988	11 265 509	11 141 146
Outros devedores	50	18 684 639	-	18 684 639	6 558 390	32 986 514
		<u>669 217 996</u>	<u>-</u>	<u>669 217 996</u>	<u>718 361 941</u>	<u>854 850 483</u>
Títulos negociáveis:						
Outros títulos negociáveis	51,56	407 885 205	-	407 885 205	-	599 999 999
Outras aplicações de tesouraria	51,56	292 464 697	-	292 464 697	126 785 709	125 991 500
		<u>700 349 902</u>	<u>-</u>	<u>700 349 902</u>	<u>126 785 709</u>	<u>725 991 499</u>
Depósitos bancários e caixas:						
Depósitos bancários	56	1 831 372	-	1 831 372	12 916 829	3 843 303
Acréscimos e Diferimentos:						
Acréscimos de proveitos	52	48 076 035	-	48 076 035	44 724 882	32 427 078
Custos diferidos	52	10 898 664	-	10 898 664	8 512 839	11 207 526
Activos por impostos diferidos	6,52	35 315 507	-	35 315 507	-	123 477 633
		<u>94 290 206</u>	<u>-</u>	<u>94 290 206</u>	<u>53 237 721</u>	<u>167 112 237</u>
Total de amortizações			(135 437 921)			
Total de provisões			(13 479 784)			
Total do activo		10 062 529 987	(148 917 705)	9 915 443 654	9 859 025 535	11 223 936 186

O anexo faz parte integrante do balanço em 30 de Junho de 2002.

PORTUGAL TELECOM, SGPS, S.A.

BALANÇOS EM 30 DE JUNHO DE 2002 E 2001 E EM 31 DE DEZEMBRO DE 2001
(Montantes expressos em Euros)

Capital Próprio e Passivo	Notas	30 de Junho		31 de Dezembro
		2002	2001	2001
CAPITAL PRÓPRIO:				
Capital	36, 40	1 254 285 000	1 254 285 000	1 254 285 000
Ações Próprias:				
Valor nominal	40	(150 000)	(757 700)	-
Descontos e prémios	40	(929 089)	(7 527 936)	-
Prémios de emissão de ações	40	2 149 565 000	2 149 565 000	2 149 565 000
Ajustamentos de partes de capital em filiais e associadas	40	(367 862 870)	(233 652 621)	305 643 615
Reservas:				
Reserva legal	40	144 184 287	128 814 507	128 814 507
Outras reservas	40	673 179 804	670 621 627	673 049 830
Resultados transitados	40	(569 705 164)	448 167 316	(151 650 451)
		3 282 566 968	4 409 515 193	4 359 707 501
Resultado líquido do semestre/exercício	40	202 607 171	200 262 474	307 395 598
Total do capital próprio		3 485 174 139	4 609 777 667	4 667 108 099
PASSIVO:				
Provisões para riscos e encargos				
Provisões para impostos	34	2 575 565	-	2 575 565
Outras provisões para riscos e encargos	34	941 245 779	706 477 427	274 672 662
		943 821 344	706 477 427	277 248 227
Dívidas a terceiros - médio e longo prazo:				
Empréstimos por obrigações:				
Convertíveis	48	1 059 035 000	509 035 011	1 059 035 000
Não convertíveis	48	124 699 474	124 699 474	124 699 474
Dívidas a instituições de crédito	48	677 696 739	1 045 519 888	956 444 805
Fornecedores de imobilizado - conta corrente		817 915	-	-
Outros empréstimos obtidos	48	1 987 000 000	1 987 000 000	2 167 000 000
		3 849 251 128	3 666 254 373	4 307 179 279
Dívidas a terceiros - curto prazo:				
Empréstimos por obrigações:				
Não convertíveis		-	49 879 790	-
Dívidas a instituições de crédito	48	65 375 763	93 635 799	128 474 277
Fornecedores - conta corrente		4 776 395	2 395 759	7 465 483
Fornecedores - facturas em recepção e conferência		557 026	1 989 894	2 300 788
Empresas do grupo	16	135 858 273	22 993 619	412 324 780
Empresas participadas e participantes		21 728	-	-
Outros accionistas		3 634	-	-
Outros empréstimos obtidos	48	573 954 772	243 685 542	695 536 475
Fornecedores de imobilizado - conta corrente		578 986	185 831 082	1 360 464
Estado e outros entes públicos	49	74 866 451	136 093 124	82 953 047
Outros credores	50	57 081 333	1 258 920	278 638
		913 074 361	737 763 530	1 330 583 952
Acréscimos e diferimentos:				
Acréscimos de custos	52	41 013 340	25 325 234	32 210 620
Provetos diferidos	52	109 843 719	111 427 304	43 450 939
Passivos por impostos diferidos	6,52	573 265 623	-	566 160 070
		724 122 682	136 752 538	641 821 629
Total do passivo		6 430 269 515	5 249 247 868	6 556 833 087
Total do capital próprio e do passivo		9 915 443 654	9 859 025 535	11 223 936 186

O anexo faz parte integrante do balanço em 30 de Junho de 2002.

O Técnico Oficial de Contas

A Comissão Executiva

PORTUGAL TELECOM, SGPS, S.A.

DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADOS POR NATUREZAS PARA OS SEMESTRES FINDOS
EM 30 DE JUNHO DE 2002 e 2001

(Montantes expressos em Euros)

	Notas	30 de junho de 2002	30 de junho de 2001
CUSTOS E PERDAS			
Fornecimentos e serviços externos		15 047 598	13 619 526
Custos com o pessoal:			
Remunerações		11 862 102	10 714 555
Encargos sociais:			
Pensões		440 402	453 733
Outros		403 699	1 726 244
		12 706 203	12 894 532
Amortizações do imobilizado corpóreo e incorpóreo	10	6 067 498	8 832 217
Impostos		4 350 071	2 797 202
Outros custos e perdas operacionais		668 373	2 002 150
(A)		38 839 743	40 145 627
Perdas em empresas do grupo e associadas	45	168 664 646	194 910 023
Amortizações e provisões de investimentos financeiros	10, 45	18 209 230	20 880 115
Juros e custos similares:			
Relativos a empresas do grupo		30 831 201	1 648 471
Outros	45	119 585 046	337 290 123
(C)		376 129 866	523 599 295
Custos e perdas extraordinários	46	14 050 847	563 744 922
(E)		390 180 713	9 737 159
Imposto sobre o rendimento do semestre	6	9 236 928	573 482 081
(G)		399 417 641	573 482 081
Resultado líquido do semestre	40	202 607 171	211 844 099
		602 024 812	200 262 474
		773 744 555	773 744 555
PROVEITOS E GANHOS			
Prestações de serviços		14 158 346	14 302 900
Proveitos suplementares		136 467	664 899
(B)		14 294 813	14 967 799
Ganhos em empresas do grupo e associadas	45	338 400 187	344 404 076
Rendimentos de participações de capital		1 078 800	-
Rendimentos de títulos negociáveis e de outras aplicações financeiras:			
Outros		17 675 428	-
Outros juros e proveitos similares:			
Relativos a empresas do grupo		44 429 326	46 536 000
Outros	45	137 631 409	5 794 103
(D)		539 215 150	396 734 179
Proveitos e ganhos extraordinários	46	553 509 963	411 701 978
(F)		48 514 849	362 042 577
		602 024 812	773 744 555
Resultados operacionais:	(B) - (A)	(24 544 930)	(25 177 828)
Resultados financeiros:	(D-B) - (C-A)	201 925 027	(126 865 116)
Resultados correntes:	(D) - (C)	177 380 097	(152 042 944)
Resultados antes de impostos:	(F) - (E)	211 844 099	200 262 474
Resultado líquido do semestre:	(F) - (G)	202 607 171	200 262 474

O anexo faz parte integrante da demonstração dos resultados por naturezas para o semestre findo em 30 de junho de 2002.

O Técnico Oficial de Contas

A Comissão Executiva

PORTUGAL TELECOM, SGPS, S.A.

DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADOS POR FUNÇÕES PARA OS SEMESTRES FINDOS
EM 30 DE JUNHO DE 2002 E 2001
(Montantes expressos em Euros)

	Nota	30 de junho 2002	30 de junho 2001
Vendas e prestações de serviços	55 a)	14 158 346	14 302 900
Custo das vendas e das prestações de serviços		(26 106 092)	(34 220 544)
Resultados Brutos		(11 947 746)	(19 917 644)
Outros proveitos e ganhos operacionais		143 442	665 518
Custos administrativos	55 b)	(581 400)	(613 521)
Outros custos e perdas operacionais	55 c)	(15 991 711)	(5 842 195)
Resultados Operacionais		(28 377 416)	(25 707 842)
Custo líquido de financiamento	55 d)	49 319 925	(256 688 655)
Ganhos em filiais e associadas	55 e)	181 438 226	470 178 445
Resultados Correntes		202 380 736	187 781 948
Impostos sobre os resultados correntes	55 f)	226 435	12 480 527
Resultado líquido do semestre		202 607 171	200 262 474

O anexo faz parte integrante da demonstração dos resultados por funções para o semestre findo em 30 de junho de 2002.

O Técnico Oficial de Contas

A Comissão Executiva

PORTUGAL TELECOM, SGPS, S.A.

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA
PARA OS SEMESTRES FINDOS EM 30 DE JUNHO DE 2002 E 2001

(Montantes expressos em Euros)

	Notas	30 de junho 2002	30 de junho 2001
ACTIVIDADES OPERACIONAIS:			
Recebimentos de clientes		-	3 156 261
Pagamentos a fornecedores		(4 422 869)	(8 566 044)
Pagamento ao pessoal		(14 596 508)	-
Fluxo gerado pelas operações		(19 019 377)	(5 409 783)
(Pagamentos)/Recebimentos do imposto sobre o rendimento		80 975 807	28 975 913
Outros pagamentos/recebimentos relativos à actividade operacional		(1 318 990)	(4 833 781)
Fluxo gerado antes das rubricas extraordinárias		60 637 500	18 732 349
Recebimentos relacionados com rubricas extraordinárias		1 137 377	1 462 563
Pagamentos relacionados com rubricas extraordinárias		(5 406 223)	(12 254 137)
Fluxo das actividades operacionais (1)		56 368 654	7 940 775
ACTIVIDADES DE INVESTIMENTO:			
Recebimentos provenientes de:			
Investimentos financeiros	56 a)	553 253 869	367 822 734
Juros e proveitos similares		46 055 575	50 070 278
Dividendos	56 b)	467 701 692	255 594 442
		1 067 021 136	673 487 454
Pagamentos respeitantes a:			
Investimentos financeiros	56 c)	(500 011 289)	(840 105 666)
Fluxo das actividades de investimento (2)		567 009 847	(166 618 212)
ACTIVIDADES DE FINANCIAMENTO			
Recebimentos provenientes de:			
Empréstimos obtidos	56 d)	5 077 110 030	4 129 499 216
Venda de acções próprias		7 127 655	380 000
		5 084 237 685	4 129 879 216
Pagamentos respeitantes a:			
Empréstimos obtidos	56 e)	(5 524 344 124)	(3 710 130 187)
Juros e custos similares	56 f)	(94 067 837)	(130 971 451)
Dividendos		(107 796 507)	-
Aquisição de acções próprias		(7 036 761)	(3 875 088)
		(5 733 245 229)	(3 844 976 726)
Fluxo das actividades de financiamento (3)		(649 007 544)	284 902 490
Variação de caixa e seus equivalentes (4)=(1)+(2)+(3)		(25 629 043)	126 225 053
Efeito das diferenças de câmbio		(2 024 485)	(80 325)
Caixa e seus equivalentes no início do semestre	56 g)	729 834 802	13 557 810
Caixa e seus equivalentes no fim do semestre	56 g)	702 181 274	139 702 538

O Anexo faz parte integrante da demonstração dos fluxos de caixa para o semestre findo em 30 de junho de 2002.

O Técnico Oficial de Contas

A Comissão Executiva

Ascensão, Gomes, Cruz & Associado - S.r.o.c.

Sociedade de revisores oficiais de contas

CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS

INTRODUÇÃO

1. Examinámos as demonstrações financeiras individuais da **PORTUGAL TELECOM, SGPS, S.A.** ("Portugal Telecom") para o primeiro semestre de 2002, as quais compreendem o Balanço em 30 de Junho de 2002 (que evidencia um total de balanço de 9.915.443.654 Euros e um total de capital próprio de 3.485.174.139 Euros, incluindo um resultado líquido do semestre de 202.607.171 Euros), as Demonstrações de Resultados por Naturezas e por Funções e dos Fluxos de Caixa do semestre findo naquela data, e o correspondente Anexo.

RESPONSABILIDADES

2. É da responsabilidade do Conselho de Administração a preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira da Empresa e os resultados das suas operações e os seus fluxos de caixa, bem como a adopção de políticas e critérios adequados e a manutenção de um sistema de controlo interno apropriado.

3. A nossa responsabilidade consiste em expressar uma opinião profissional e independente, baseada no nosso exame daquelas demonstrações financeiras.

ÂMBITO

4. O exame a que procedemos foi efectuado de acordo com as Normas Técnicas e as Directrizes de Revisão/Auditoria da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas, as quais exigem que o mesmo seja planeado e executado com o objectivo de obter um grau de segurança aceitável de que as demonstrações financeiras estão isentas de distorções materialmente relevantes. Para tanto, o nosso exame incluiu (a) a verificação, numa base de amostragem, do suporte das quantias e divulgações constantes das demonstrações financeiras e a avaliação das estimativas, baseadas em juízos e critérios definidos pelo Conselho de Administração, utilizadas na sua preparação, (b) a apreciação da adequação das políticas contabilísticas adoptadas e da sua divulgação, tendo em conta as circunstâncias, (c) a verificação da aplicabilidade do princípio da continuidade, e (d) a apreciação da adequação, em termos globais, da apresentação das demonstrações financeiras.

5. Entendemos que o exame efectuado proporciona uma base aceitável para a expressão da nossa opinião.

OPINIÃO

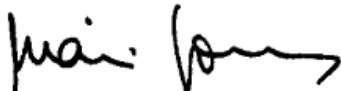
6. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras individuais acima referidas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspectos materialmente relevantes, a posição financeira da Portugal Telecom em 30 de Junho de 2002, e o resultado das suas operações e os seus fluxos de caixa no semestre findo naquela data, em conformidade com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal, os quais, excepto no que respeita às alterações de políticas contabilísticas descritas na Nota 2 do Anexo às Demonstrações Financeiras, que foram adoptadas pela Empresa e pelas suas empresas participadas no final do exercício de 2001 e com as quais concordámos, foram aplicados de uma forma consistente em relação ao semestre homólogo do exercício anterior.

ÊNFASES

7. Sem afectar a nossa opinião sem reservas expressa no parágrafo anterior, salientamos que:

- (a) No decurso do primeiro semestre de 2002, o capital próprio foi reduzido em cerca de 756 milhões de Euros, devido a variações cambiais negativas apuradas na conversão cambial quer de demonstrações financeiras de empresas participadas localizadas no estrangeiro quer de empréstimos de financiamento concedidos a empresas participadas (Nota 40);
- (b) A nossa Certificação Legal das Contas relativa ao exame das demonstrações financeiras individuais do exercício de 2001, datada de 13 de Março de 2002, continha uma reserva por limitação de âmbito relacionada com as avaliações da recuperabilidade do *goodwill* relativo ao investimento financeiros na Telesp Celular Participações, S.A. ("TCP"), que se encontravam em curso. Conforme explicado na Nota Introdutória do Anexo, na sequência do desenvolvimento deste processo, no primeiro semestre de 2002 a Portugal Telecom apurou um *impairment* do seu investimento na TCP no montante de 1.500 milhões de Euros, o qual, deduzido do efeito fiscal associado à reestruturação societária dos negócios móveis que está em curso, foi reconhecido mediante a constituição de uma provisão de 500 milhões de Euros, que, por ser considerada um ajustamento extraordinário e de grande significado às demonstrações financeiras do exercício de 2001, foi registada por contrapartida de resultados transitados.

Lisboa, 12 de Setembro de 2002



ASCENÇÃO, GOMES, CRUZ & ASSOCIADO - S.R.O.C.,
representada por Mário João de Matos Gomes, R.O.C.

FREIRE, LOUREIRO E ASSOCIADOS

SOCIEDADE DE REVISORES OFICIAIS DE CONTAS

INSCRIÇÃO N.º 45

REGISTO NA CMVM nº 232

NIPC 501 829 288

RELATÓRIO DE AUDITORIA

CONTAS INDIVIDUAIS

(Montantes expressos em Euro)

Introdução

1. Nos termos da legislação aplicável, apresentamos o nosso Relatório de Auditoria sobre a informação financeira contida no Relatório de Gestão e as demonstrações financeiras anexas do semestre findo em 30 de Junho de 2002 de Portugal Telecom, SGPS, S.A. ("Empresa" ou "Portugal Telecom"), as quais compreendem o balanço em 30 de Junho de 2002 que evidencia um total de Euro 9.915.443.654 e capitais próprios de Euro 3.485.174.139, incluindo um resultado líquido de Euro 202.607.171, as demonstrações de resultados por naturezas e por funções e a demonstração dos fluxos de caixa para o semestre findo naquela data e o correspondente anexo.

Responsabilidades

2. É da responsabilidade do Conselho de Administração: (i) a preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira da Empresa, o resultado das suas operações e os seus fluxos de caixa; (ii) que a informação financeira histórica seja preparada de acordo com os princípios contabilísticos geralmente aceites e que seja completa, verdadeira, actual, clara, objectiva e lícita, conforme exigido pelo Código dos Valores Mobiliários; (iii) a adopção de políticas e critérios contabilísticos adequados e a manutenção de sistemas de controlo interno apropriados; e (iv) a informação de qualquer facto relevante que tenha influenciado a sua actividade, a sua posição financeira ou resultados.
3. A nossa responsabilidade consiste em examinar a informação financeira contida nos documentos de prestação de contas acima referidos, incluindo a verificação se, para os aspectos materialmente relevantes, é completa, verdadeira, actual, clara, objectiva e lícita, conforme exigido pelo Código dos Valores Mobiliários, competindo-nos emitir um relatório profissional e independente baseado no nosso exame.

Âmbito

4. O exame a que procedemos foi efectuado de acordo com as Normas Técnicas e as Directrizes de Revisão / Auditoria da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas, as quais exigem que este seja planeado e executado com o objectivo de obter um grau de segurança aceitável sobre se as demonstrações financeiras estão isentas de distorções materialmente relevantes. Este exame incluiu a verificação, numa base de amostragem, do suporte das quantias e informações divulgadas nas demonstrações financeiras e a avaliação das estimativas, baseadas em juízos e critérios definidos pelo Conselho de Administração, utilizadas na sua preparação. Este exame incluiu, igualmente: a apreciação sobre se são adequadas as políticas contabilísticas adoptadas e a sua divulgação, tendo em conta as circunstâncias; a verificação da aplicabilidade do princípio da continuidade das operações; a apreciação sobre se é adequada, em termos globais, a apresentação das demonstrações financeiras; e a apreciação, para os aspectos materialmente relevantes, se a informação financeira é completa, verdadeira, actual, clara, objectiva e lícita. O nosso exame abrangeu ainda a verificação da concordância da informação financeira constante do Relatório de Gestão com os restantes documentos de prestação de contas. Entendemos que o exame efectuado proporciona uma base aceitável para a expressão da nossa opinião.

Opinião

5. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras referidas no parágrafo 1 acima, apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspectos materialmente relevantes, a posição financeira de Portugal Telecom, SGPS, S.A. em 30 de Junho de 2002, o resultado das suas operações e os seus fluxos de caixa no semestre findo naquela data, em conformidade com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal, os quais, excepto pelo mencionado na Nota 2 do anexo às demonstrações financeiras, foram aplicados de uma forma consistente em relação ao semestre homólogo do exercício anterior, e a informação nelas constante é, nos termos das definições incluídas nas directrizes mencionadas no parágrafo 4 supra, completa, verdadeira, actual, clara, objectiva e lícita.

Ênfases

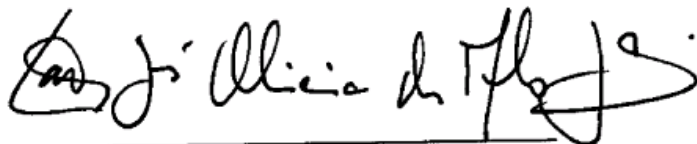
6. As demonstrações financeiras anexas referem-se à Empresa em termos individuais e não consolidados, embora os investimentos financeiros tenham sido registados pelo método da equivalência patrimonial, tal como disposto na Directriz Contabilística n.º 9. Assim, foram considerados nos capitais próprios em 30 de Junho de 2002 e no resultado líquido do semestre findo nessa data, o efeito da consolidação dos capitais próprios e dos resultados das empresas participadas, com base nas respectivas demonstrações financeiras, mas não o efeito da consolidação integral a nível de activos, passivos, custos e proveitos, o que será efectuado nas demonstrações financeiras consolidadas a apresentar em separado e que consiste em aumentar os activos e os passivos (incluindo os interesses minoritários) em, aproximadamente, Euro 6.054.000.000 e em aumentar os proveitos em, aproximadamente, Euro 2.831.000.000.
7. Os balanços em 31 de Dezembro de 2001 e 30 de Junho de 2001, as demonstrações de resultados por naturezas e funções e a demonstração dos fluxos de caixa do semestre findo em 30 de Junho de 2001, apresentados para efeitos comparativos, foram por nós examinados e as nossas opiniões sobre os mesmos, foram expressas nos nossos relatórios datados de 13 de Março de 2002 e 12 de Setembro de 2001, respectivamente. Aquela contém uma reserva e ambas contêm ênfases não aplicáveis às demonstrações financeiras em 30 de Junho de 2002.
8. Como referido no parágrafo 7 supra, o nosso relatório de auditoria sobre as demonstrações financeiras em 31 de Dezembro de 2001 contém uma reserva, por limitação de âmbito e relativa à impossibilidade de concluir, por falta de informação, sobre a recuperabilidade do *trespasse* ("*goodwill*") apurado na aquisição do investimento financeiro na Telesp Celular Participações, S.A.. Atendendo a que a dita informação se tornou entretanto disponível, no semestre findo em 30 de Junho de 2002 a Portugal Telecom apurou uma perda de valor no referido investimento de 1.500 milhões de Euro, a qual, deduzida do efeito fiscal associado à reestruturação societária dos negócios móveis que está em curso, resultou no registo de uma provisão de 500 milhões de Euro, por contrapartida de resultados transitados, por se considerar o valor em questão como extraordinário e de grande significado (Nota 40).

FREIRE, LOUREIRO E ASSOCIADOS

- 3 -

9. Conforme descrito na Nota 40 do anexo às demonstrações financeiras em 30 de Junho de 2002, o capital próprio foi reduzido durante o semestre findo nessa data, em aproximadamente 756 milhões de Euro, decorrente de variações cambiais negativas apuradas na conversão cambial quer de demonstrações financeiras de empresas participadas localizadas no estrangeiro, quer de empréstimos de financiamento a estas concedidos.

Lisboa, 11 de Setembro de 2002



FREIRE, LOUREIRO E ASSOCIADOS – SROC
Representada por Carlos Melo Loureiro